

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA, A LEI E OS MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO POPULAR

Maria Amélia da Silva Costa¹
Surama Araújo Dutra Nogueira²

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que historicamente, no contexto da política educacional, é colocada à margem, em função do lugar social que ocupa o público que ela atende o das classes populares. O presente trabalho trata-se de um estudo bibliográfico a respeito da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, tendo em vista que essa modalidade de ensino atende a grande parte da população e que esses alunos são sujeitos com possuidores de sua própria história de vida a qual deve ser considerada durante todo o processo de ensino aprendizagem. Essa pesquisa teve por objetivo traçar reflexões a respeito do percurso histórico da Educação de Jovens e Adultos, ressaltando aspectos inerentes de tal modalidade, como a formação de professores, as bases legais e os movimentos de educação popular, tendo como base o pensamento do educador brasileiro Paulo Freire.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Professor; Ensino; Educação Popular.

INTRODUÇÃO

O Analfabetismo de pessoas jovens e adultas se configura ao longo da história brasileira como um dos problemas mais relevantes e que causam impactos e desequilíbrio social. Ao longo desse tempo houve algumas campanhas de alfabetização, mas a grande maioria das iniciativas de alfabetizar na EJA se deu nos conhecidos Movimentos de Educação Popular. A Educação de Jovens e Adultos ao longo de seu percurso histórico conquistou avanços no que se refere ao seu aparato legal, porém o fato é que pouco se fez na prática para cumprir as legislações em cada época, alguns elementos legais foram alterados sem se quer terem sido concretizados em ações, mostrando que existem muitos desafios a serem superados para que seja oferecida uma educação de qualidade.

Esta pesquisa teve por objetivo traçar reflexões a respeito do percurso histórico da Educação de Jovens e Adultos, ressaltando aspectos inerentes de tal modalidade, como a formação de professores, as bases legais e os movimentos de educação popular. No entanto, na Educação de Jovens e Adultos, os desafios ainda são grandes comprometendo à erradicação do analfabetismo, e dificultando a vinculação ao mundo do trabalho e com a economia solidaria.

¹ Mestre em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UEPB. Pedagoga pela Universidade Estadual da Paraíba. Graduanda em Letras-Língua Portuguesa pelo IFPB, amelhinha4@hotmail.com.

² Mestranda em Ciências da Educação – Absoulute University. Pedagoga pelas Faculdades Integradas de Patos – FIP. Graduanda em Letras – Língua Portuguesa pelo IFPB, surama.araujo@gmail.com

O texto está estruturado em três tópicos as quais abordam respectivamente: “A Educação de Jovens e Adultos no Brasil”, onde é traçado um breve histórico da EJA no Brasil, desde o início pela alfabetização catequista dos Jesuítas, no segundo tópico: “A Educação de Jovens e Adultos e as Bases Legais” trata das bases legais que fundamentam e garantem a Educação de Jovens e Adultos como um direito, e no terceiro: “Os movimentos de Educação Popular” são tecidas reflexões a respeito da ligação entre a Educação de Jovens e adultos e os Movimentos de Educação Popular.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para obtenção dos objetivos propostos foi desenvolvida através de pesquisa do tipo bibliográfica, com enfoque qualitativo, tomando como base leituras de periódicos que abordem o tema, além de uma abordagem teórico-metodológica de autores que estudaram os gêneros do discurso e suas perspectivas de uso a partir do ensino de leitura e escrita. De acordo com Gil (2002, p.44): “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Tais dados serão observados, analisados e interpretados para a realização da produção de um texto preliminar e posteriormente final, através de leituras realizadas em fontes variadas de informação para suporte teórico à elaboração e aquisição de conhecimentos que norteie a referida pesquisa e dê condições de adquirir subsídios sobre o tema abordado.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A história da educação brasileira passou por diversos períodos e foi marcada pelas mudanças e reformas políticas, econômicas e sociais de cada época. A Educação de Adultos no Brasil também está estritamente ligada à trajetória histórica dessas transformações. A educação de adultos teve início desde o período colonial, quando a população adulta era conduzida a catequização pelos padres jesuítas, mesmo abrangendo um caráter muito mais religioso que educacional. Os jesuítas em seu modelo de educação referendavam a doutrina e preceitos da religião católica. Nessa época, pode-se constatar uma fragilidade da educação, por não ser esta responsável pela produtividade (CUNHA, 1999).

Nesse contexto histórico, as iniciativas do governo para a educação de adultos eram assistemáticas e de responsabilidade da Companhia de Jesus, pois segundo Piori (2004) Dom João IV reafirmava ser a Companhia de Jesus a única autoridade competente para tratar assuntos referentes aos indígenas. O marquês de Pombal não agia por intenção, mas pelas opções determinadas pela posição de Portugal no sistema de Estado mercantilista do século XVIII. A expulsão dos jesuítas por Pombal teve como objetivo suprimir o domínio religioso sobre a fronteira, acordada no tratado de Madri, onde estavam situadas as sete missões jesuíticas. A partir desse momento temporal, muitas mudanças ocorrem no sistema educacional, que passou a ser gerido através do Alvará Régio de 28 de junho de 1759, o Marquês de Pombal, suprimia as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias ao expulsar os jesuítas da colônia e, ao mesmo tempo, criava as aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, que deveriam suprir as disciplinas antes oferecidas nos extintos colégios jesuítas.

A educação como responsabilidade do Estado, partiu de um propósito econômico e já tem início com a ingerência, com a exclusão, beneficiando apenas os interesses educacionais da elite colonial subordinante. A vinda da família real para o Brasil, período Joanino (1808 a 1821) movimentou também as mudanças na educação, mas no período imperial coexistiam os resquícios coloniais de atraso para a maior parte da população, com um ensino de caráter classista e permeado de preconceitos contra o povo oriundo das classes desfavorecidas, fruto de um estado inoperante e que era dirigido pelas elites que se distinguiam do restante do povo quer pela nobreza de sangue ou pelos títulos honoríficos concedidos pelo imperador aos bacharéis, nesse período a preocupação com a educação volta-se para a criação de cursos superiores a fim de atender aos interesses da monarquia. (HOLANDA, 2001).

Até a proclamação da República, em 1889 praticamente pouco se fez de concreto pela educação brasileira originando um elevado percentual de adultos analfabetos e que desencadeou a necessidade de escolas noturnas para atender esse contingente. Em 1876, foi feito então, um relatório, pelo ministro José Bento da Cunha Figueiredo, apontando a existência de 200 mil alunos frequentes às aulas noturnas eram a única forma de educação de adultos praticada no país. Segundo Cunha (1999), com o desenvolvimento industrial, no início do século XX, inicia-se um processo lento, mas crescente, de valorização da educação de adultos. Analisando as Constituições Federais após a Proclamação da República, observam-se conquistas e retrocessos no que se refere à educação e em extensão a educação de adultos, a Constituição de 1934, dispõe, pela primeira vez, que “a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos”.

A constituição de 1937, apesar de reforçar algumas tendências fascistas, orienta a preparação de um maior contingente de mão de obra para as novas atividades abertas pelo mercado, retrocede ao propor que a arte, a ciência e o ensino sejam livres à iniciativa individual pública e particular, tirando do Estado o dever da educação. As conquistas do movimento renovador, influenciando a Constituição de 1934, foram enfraquecidas nessa nova Constituição de 1937. Marca uma distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, enfatizando o ensino profissional para as classes mais desfavorecidas (ROMANELLI, 1991).

Com a Nova República (1946-1963), a educação recebe grandes contribuições defendidas: em 1950, em Salvador, no Estado da Bahia, Anísio Teixeira inaugura o Centro Popular de Educação (Centro Educacional Carneiro Ribeiro) dando início a sua ideia de escola-classe e escola-parque; em 1952, em Fortaleza, Estado do Ceará, o educador Lauro de Oliveira Lima iniciou uma didática baseada nas teorias científicas de Jean Piaget: o Método Psicogenético; em 1953 a educação passa a ser administrada por um Ministério próprio: O Ministério da Educação e Cultura; em 1961 tem início uma campanha de alfabetização, cuja didática, criada pelo pernambucano Paulo Freire, propunha alfabetizar em 40 horas 24 adultos analfabetos; em 1962 é criado o Conselho Federal de Educação, que substitui o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação e, ainda em 1962 é criado o Plano Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirado no método Paulo Freire (LIMA, 1997).

O regime militar (1964-1985) desmobilizou os movimentos de educação e as conquistas até então adquiridas. O Decreto-Lei 477, de caráter repressor intimidou alunos e professores, fechou universidades e muitos foram presos e assassinados, desencadeando o medo da repressão, calando a voz daqueles que defendiam uma educação democrática e pluralista. Numa tentativa de arrefecimento das tensões, os governos militares, adotaram alguns projetos e programas com propostas aparentemente, voltadas para o favorecimento da educação de adultos. Entre as iniciativas podemos destacar: Cruzada ABC, MOBRAL, MEB. No sentido de suavizar as tensões e formar mão-de-obra, sendo estas desenvolvidas por professores improvisados, temporários e selecionados através de políticas paternalistas e eleitoreiras. Dentre esses programas o Movimento Brasileiro de Alfabetização-MOBRAL teve grande repercussão nacional na tentativa de erradicar o analfabetismo, mas após denúncias de corrupção foi extinto e substituído pela Fundação Educar. (MOURA, 2009).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 5.692/71 atribui um o Capítulo para o ensino supletivo e recomenda aos estados atender jovens e adultos, fortalece o ensino

profissionalizante. O ensino supletivo, implantado em 1971, foi um marco importante na história da educação de jovens e adultos do Brasil. Vieira (2004) enfatiza que durante o período militar, a educação de adultos adquiriu pela primeira vez na sua história um estatuto legal, sendo organizado, em um capítulo exclusivo da Lei nº 5.692/71, intitulado Ensino Supletivo. O artigo 24 desta legislação estabelecia como função do supletivo suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham conseguido ou concluído na idade própria.

A Constituição Federal de 1988 representou para a EJA avanços significativos, quando em seu artigo 208 garantiu a educação para todos, bem como estabelecer a necessidade de uma formação adequada para se trabalhar com jovens e adultos, com atenção às características específicas do aluno matriculado no ensino noturno.

2.2 A Educação de Jovens e Adultos e as Bases Legais

A Lei de Diretrizes e Base de Educação Nacional – LDBEN, 9394/96, foi mais enfática ainda, quando nos artigos 37 e 38, da seção V, essa modalidade recebeu uma dignidade própria, mais ampla e elimina uma visão de exterioridade com relação ao descrito na constituição anterior e na Lei Nº 5.692/71, quando a obrigatoriedade só chegava até aos jovens de 14 anos. Anova Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB 9394/96 propôs também, em seu artigo 3º, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a garantia de padrão de qualidade, a valorização da experiência extraescolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Assim, a Lei estimula a criação de proposta metodológica alternativa para a EJA, quando considera educação escolar e trabalho como uma identidade do aluno trabalhador, que não teve acesso ao ensino fundamental.

As Diretrizes Curriculares Nacionais abrangem os processos formativos da Educação de Jovens e Adultos como uma das modalidades da Educação Básica nas etapas dos ensinos fundamental e médio, nos termos da LDBEN 9394/96. A identidade própria da Educação de Jovens e Adultos (modalidade da Educação Básica) considera, entre outras: as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias desse alunado. As Políticas públicas em curso que estão voltadas à Educação de Jovens e Adultos no Brasil são: Brasil Alfabetizado, Pró-Jovem, Fazendo Escola, FUNDEB.

Assim, o aparato legal criou muitas possibilidades para a educação da população adulta, com alguns bons resultados, no sentido corrigir a visão preconceituosa, que foi sendo

permeada ao longo do processo de educação de adultos e gradativamente, desmentindo a ideia de incapacidade de aprendizagem designa ao educando adulto. Mesmo diante dos avanços, nos últimos anos tem sido observado que há muito tempo o ensino noturno tem enfrentado problemas e sinais de crise, fato evidenciado nos elevados índices de repetência, evasão e analfabetismo funcional. Esses problemas podem está relacionados, por exemplo, a utilização de metodologias d currículo inadequados para atender as especificidades dos discentes da educação de jovens e adultos, pois essa modalidade é composta de um público bastante diversificado, como adolescente, jovens, adultos e idosos, sem distinção de cor, credo, nível social e outros.

Um currículo para a EJA precisa articular a teoria e a prática, para dá sentido, significado e conteúdo à escola precisam levar em conta os elementos que consideram o currículo como espaço de cultura; as competências como eixo de aprendizagem; a prioridade da competência de leitura e de escrita; a articulação das competências para aprender; e a contextualizar no mundo do trabalho. Desse modo, na Educação de Jovens e Adultos deve-se considerar o conhecimento prévio do aluno, sua cultura, diversidade, pois ele possui uma historia vivenciada e que não pode ser ignorada pela escola. Essas experiências de vida, na família, no trabalho e na comunidade faz da EJA uma educação diferenciada, com um público competente para exigir uma abordagem de ensino aprendizagem pautada no seu cotidiano. A educação de jovens e adultos deve ser sempre uma educação multicultural, nesse sentido o conhecimento prévio precisa ser desenvolvido, na busca da integração na diversidade cultural, a qual leva o educador a conhecer bem o seu campo de trabalho, pois assim terá o conhecimento necessário para desenvolver projetos relacionados à educação com qualidade. (Gadotti, 1997).

Outro ponto discutido é o papel do Estado no processo de formação de professores da EJA, como as iniciativas políticas e pedagógicas do governo somente a partir da de 1940, com destaques para a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP); a criação do INEP, incentivando e realizando estudos na área; entre outras; não alterando a abordagem inicial, principalmente quanto à formação de professores e prática em sala de aula, alfabetizando os jovens e adultos à formação de professores e prática em sala de aula, alfabetizando os jovens e adultos à sombra da educação infantil.

Na década de 80 a educação de jovens e adultos passou a ser denominada Educação de Jovens e Adultos – EJA, a constituição de 1988 garante educação para todos e mais avanços ainda com a Lei N° 9.394/96, que estabelece a formação adequada para professores da EJA, no entanto os professores ainda estão à margem dessa formação e que ainda há muita

discriminação em relação a essa modalidade de ensino no que se refere aos atores envolvidos: alunos, professores, coordenados, entre outros. Contudo vale ressaltar que a EJA, além de ser um modelo pedagógico indispensável para vencer o desafio do analfabetismo brasileiro de uma vez por todas, também pode ser considerada uma metodologia base para a formação de alunos e professores para os níveis elementar e médio.

Dessa forma, esses docentes poderão entender melhor e vencer as barreiras de aprendizagem de seus alunos por meio de uma formação adequada. Afinal, o que se deseja é que as pessoas aprendam a aprender. Só assim o conhecimento poderá ser multiplicado e plenamente utilizado. Isso vem diretamente ao encontro do interesse nacional em aumentar a produtividade e a competitividade do país ao nível internacional.

A Educação de Jovens e Adultos deve considerar o conhecimento prévio do aluno, pois ele possui uma história vivenciada e que não pode ser ignorada pela escola. Essas experiências de vida, na família, no trabalho e na comunidade faz da EJA uma educação diferenciada, com um público competente para exigir uma abordagem de ensino-aprendizagem pautada no seu cotidiano. Outro ponto a se destacar é a visão de que a EJA tem que casar trabalho e educação necessita, portanto, ser estruturada como um sistema diferente do sistema escolar regular, exigindo ser pensada e estruturada para atender as condições de vida e trabalho de pessoas que têm como ocupação principal garantir o suficiente para si e para suas famílias. (ARRUDA, 2005).

2.3 Os movimentos de Educação Popular

A principal característica da Educação Popular é utilizar o saber da comunidade como matéria prima para o ensino. É aprender a partir do conhecimento do sujeito e ensinar a partir de palavras e temas geradores do cotidiano dele. A Educação é vista como ato de conhecimento e transformação social, tendo certo cunho político. Os movimentos de Educação Popular ao longo de sua história no Brasil, surgem diversas vezes marcados pela ação popular em contrapartida a falta de políticas educacionais do governo. É marcado pela figura de seu maior idealizador e pensador Paulo Freire. Criador de um método próprio para alfabetizar jovens e adultos, a partir de suas experiências de vida, bem como da realidade social a qual estão inseridos, permitindo não apenas um novo olhar quanto aos fatores sociais e políticos envolvidos, mas também a própria intervenção do sujeito enquanto tomada de consciência de que é um cidadão crítico- consciente.

O pensamento pedagógico de Paulo Freire, assim como sua proposta para a alfabetização de adultos, inspirou-se nas principais propostas de alfabetização e educação popular que se realizaram no país no início dos anos 60. Essas propostas foram empreendidas por intelectuais e estudantes católicos engajados numa ação política junto aos grupos populares. Ressalta-se que os trabalhos de educação popular, em particular da alfabetização, foram na sua grande maioria inspirados nas ideias de Paulo Freire, na chamada Pedagogia da Libertação ou Pedagogia dos Oprimidos. Ao longo das décadas foram criados e implementados pelo governo diversos projetos que visavam atingir o público alvo de jovens e adultos analfabetos e erradicar os índices negativos do Brasil nessa modalidade. Muitos desses projetos tinham pretensões a curto e médio prazo e representaram pouco avanço diante da dificuldade de manter os jovens e adultos em sala de aula, uma verdadeira luta contra a evasão.

Na visão freiriana a educação não tem como meta única a preocupação que o educando jovem e adulto, apenas leia as palavras, como o próprio Paulo Freire (1992) dizia “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, a realidade que cerca o educando tem forte influência sobre a sua vida, a aprendizagem da leitura e da escrita permite a esse educando que já enxerga o mundo que o cerca, uma releitura desse mundo com a capacidade de interferência e mudança. Paulo Freire (1992, p.35) aborda a alfabetização de jovens e adultos de um modo diferente, ao colocar que:

Se antes a alfabetização de adultos era tratada e realizada de forma autoritária, centrada na compreensão mágica da palavra, palavra doada pelo educador aos analfabetos, se antes os textos geralmente oferecidos como leitura aos alunos escondiam muito mais do que desvelavam a realidade, agora, pelo contrário a alfabetização como ato de conhecimento, como ato criador e como ato político, é um esforço de leitura do mundo e da palavra.

Esse é o grande desafio dos educadores que trabalham com a EJA trabalhar numa perspectiva que supere a alfabetização mecânica e que se caracterize como produtiva e promotora da cidadania na sociedade contemporânea. Estatisticamente fica comprovado um número relevante de evasões nas turmas da EJA e esse distanciamento da escola se dá diante de diversos fatores que vão dos de interesse pessoal, cansaço físico, impossibilidade de deixar os filhos para estudar e até mesmo a falta de identificação do educando com a metodologia utilizada pelo professor. Conforme Scocuglia (1999, p.12):

A educação e a pedagogia, para Freire, sempre estiveram carregados de uma politicidade, ou seja, a prática educativa e a reflexão sobre essa prática eram considerados atos políticos de escolha, de decisão, de luta entre contrários, de conquista da cidadania negada.

As propostas de alfabetização de jovens e adultos que seguem o pensamento freiriano tem como base ideológica a proposta inicial da experiência realizada pelo próprio Paulo Freire e necessariamente precisa ter um caráter libertador, visando não somente a alfabetização, como uma decodificação de mensagens escritas, mas uma tomada de consciência crítica, interferido diretamente na formação do sujeito como cidadão, conhecedor de seus direitos e deveres dentro da sociedade, como participante que não apenas está inserido em um contexto social, mas que faz parte direta desse contexto, não de forma passiva, mas de forma ativa, permitindo a criação e recriação da realidade.

Dentro desse contexto de Educação Popular Beisiegel (2004, p.41) afirma:

A mera alfabetização já não é aceitável. (...) é preciso assegurar, pelo menos, uma educação que realmente ajude os educandos na plena formação dos direitos da cidadania. Os projetos que parecem emergir da análise dos programas de educação popular praticados na atualidade, com poucas exceções, apontam para uma vida social marcada pelo respeito aos direitos da cidadania.

A educação servirá dentro dessa proposta um instrumento de libertação e tomada de consciência crítica dos jovens e adultos, pois as habilidades de leitura e escrita a serem dominadas pelos trabalhadores tornar-se-ão instrumentos para o acesso a cidadania e para a autonomia da gestão de seus negócios. O aluno da EJA passa na maioria das vezes por um processo de exclusão social que o impede de dar continuidade aos seus estudos.

A educação é um processo fundamental para a tomada de posicionamento e formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres na sociedade e nos diversos setores que a compõe, inclusive na economia. E a Educação de Jovens e Adultos assume um importante papel no âmbito social, pois muito mais do que trabalhar as habilidades de leitura e escrita, ela trabalha o resgate da cidadania buscando caminhos para a inclusão social, pode ser uma das alternativas de inclusão desses trabalhadores e alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ser humano desde o seu nascimento aprende através da interação com o mundo que o cerca, essa interação com pessoas e objetos permite que ele se aproprie de diferentes conhecimentos e acrescente para o uso no dia-a-dia. Enquanto sujeito singular, possui uma história de vida, aprende e reconstrói seus saberes na experiência. Sendo assim não se pode desmerecer ou ignorar os conhecimentos prévios trazidos pelo público da EJA, eles têm uma história de vida que precisa ser respeitada e valorizada fazendo-os compreender seu papel

diante do mundo e que a aquisição das habilidades de leitura e escrita irão proporcionar melhorias na qualidade de vida.

De acordo com o pensamento freiriano ações de impacto social se desenvolvem a partir da tomada de consciência cidadã por parte de jovens e adultos, diante do conhecimento da realidade e o desejo de transformação do mundo que os cerca, eles exercem participação social. Essa conquista se dá porque o jovem e adulto possuem um vasto conhecimento de vida, trabalham e convivem em sociedade, mas o estudo e o domínio da leitura e a escrita permitem que essa atuação social seja ampla e que eles passem a se reconhecer enquanto cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um processo fundamental para a tomada de posicionamento e formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres na sociedade e nos diversos setores que a compõe. A Educação de Jovens e Adultos assume um importante papel no âmbito social, pois muito mais do que trabalhar as habilidades de leitura e escrita, ela trabalha o resgate da cidadania buscando caminhos para a inclusão social, e nesta perspectiva pode ser uma das alternativas de inclusão desses trabalhadores e alunos. Porém é difícil fugir da conclusão de que essa modalidade de ensino está relegada ao segundo plano dos governantes e da própria sociedade. O trabalho e obra de Paulo Freire são um marco para o estudo da EJA no Brasil, esse educador constituiu uma proposta de mudança radical na educação e objetivos de ensino, partido da compreensão de que o aluno não apenas sabe da realidade em que vive, mas também participa de sua transformação.

Ao longo da pesquisa foi possível perceber que a educação de jovens e adultos, desde seus primórdios, tem poucos investimentos e enfrenta diversos problemas. Com o passar dos anos foram conquistados alguns avanços no que diz respeito a legislação, mas os investimentos ainda são mínimos diante da demanda de pessoas que precisam recuperar o tempo perdido. O aluno da EJA passa na maioria das vezes por um processo de exclusão social que o impede de dar continuidade aos seus estudos. Diante de tantas dificuldades grande parte dos alunos da EJA termina por adentrar as portas da evasão.

A pesquisa aponta ainda que um importante instrumento na disseminação da EJA foram os Movimentos de Educação Popular que buscam promover o desenvolvimento de um olhar crítico, que facilita o desenvolvimento da comunidade que o educando está inserido, valoriza os saberes prévios do povo e suas realidades culturais na construção de novos

saberes. Destacando nesse movimento a figura do grande educador e ícone da Educação de Jovens e Adultos, Paulo Freire. A educação servirá dentro dessa proposta um instrumento de libertação e tomada de consciência crítica dos jovens e adultos, pois as habilidades de leitura e escrita a serem dominadas pelos educandos tornar-se-ão instrumentos para o acesso a cidadania e para a autonomia da gestão de seus negócios.

REFERÊNCIAS

BEISIEGEL, Celso. **A política de educação de adultos – analfabetismo no Brasil.** São Paulo: Vozes, 2004.

CUNHA, C.M. **Introdução- discutindo conceitos básicos.** In: SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de Jovens e Adultos, Brasília, 1999.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992. (Coleção Polêmicas do nosso tempo).

GADOTTI, M. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta.** São Paulo: Cortez, 1997.

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 2001.

LIMA, L.O. **Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho.** Rio de Janeiro: Brasília 1997.

MOURA, M.G.C. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica.** Curitiba: Educarte, 2009.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil.** 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas.** 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária: Universidade Federal da Paraíba, 1999.

VIEIRA, M. C. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos no Brasil.** Universidade de Brasília, Brasília, 2004.